2 3

4

5

6

7 8

9

10

11

12

13

14

15

16 17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29 30

31

32

33

34

35

36

37

38 39

40

41

42

43

44 45

## ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2863/2020

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental -CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SMIM; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais - SMRI. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente). Conselho de Arguitetura do Rio Grande do Sul -CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil -IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão Planejamento Um - RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois - RGP. 2: Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três - RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro - RGP. 4; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis - RGP. 6; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete - RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito - RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental - OP - HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, Secretaria Executiva da SMAMS; Patrícia C. Ribeiro, Taquígrafa/Tachys Graphen. PAUTA: 1. ABERTURA; 2. DISCUSSÃO: Contribuições Revisão Plano Diretor; 3. DEBATE; 4. REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS.. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, Senhores Conselheiros. São 18h13min. Havendo quorum declaramos aberta a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de

47

48

49 50

51

52

53 54

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67 68

69 70

71

72 73

74 75

76 77

78

79

80

81

82 83

84

85

86 87

88

89

90 91

92

Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalhos hoje. Seguimos conforme previamente pactuado nas apresentações e discussões das propostas de termos de referência para contratação dos estudos do processo de revisão do Plano Diretor. Lembrando que nós estamos ao vivo no YouTube no nosso canal da Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, onde todos podem acessar a qualquer momento. Faço a leitura dos presentes enquanto organizo aqui para passar a palavra para nossa Diretora de Planejamento Patrícia, logo para a equipe dar continuidade aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos. (Leitura dos Conselheiros presentes). Na última terça-feira a gente não conseguiu fazer a reunião, estávamos com alguns problemas técnicos ao longo do dia com o aplicativo do Zoom. Então, um pouquinho antes a gente optou por não insistir na tentativa e avisamos os conselheiros. Peço desculpa pela nossa ausência na reunião ordinária de terça-feira passada, por não ter sido realizada. Na sequência passo a palavra para a nossa Diretora de Planejamento Patrícia, que vem muito bem conduzindo o trabalho de discussão dos termos e das propostas, contribuições para os termos de referência do nosso processo de revisão Plano Diretor. Eu lembro, Senhores Conselheiros, que na próxima reunião nós vamos inserir em pauta um momento para discutirmos o processo eleitoral, a gente se aproxima do final do ano. Como todos sabem, o mandato dos conselheiros terminaria na metade deste ano, mas em função da pandemia a gente fez a provocação dos mandatos. Naturalmente, estamos agora no ciclo eleitoral, também eleição para Prefeito Municipal e Vereadores, mas tão logo encerre esse processo a gente precisa proceder a eleição dos Senhores Conselheiros. Já pensando no formato modelado a essa nova realidade, a pandemia, que a gente consiga garantir o acesso à internet. Então, a gente vai trazer para discussão na próxima terça-feira uma proposta que a gente tem de trabalho, eu queria ouvir os senhores conselheiros também sobre esse processo antes da gente começar o edital. Então, Patrícia, por favor, assuma a condução deste processo de discussão na noite de hoje. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Muito obrigada. Então, conforme nosso calendário, a previsão era a avaliação dos termos de referência, contribuições aos termos de referência relacionados à participação e a comunicação. Aí considerando isso, novamente a Vaneska preparou o material, que vai apresentar para vocês na sequência, mas antes dessa apresentação, para a gente poder trabalhar essa questão da dinâmica, eu fiz uma compilação do que foi discutido nas duas reuniões específicas para todo mundo estar de acordo, enfim, batendo o martelo se é isso mesmo que foi discutido. E aí na sequência também, conforme foi deliberado na reunião anterior, também vou pedir uma nova agenda para a gente continuar debatendo essa questão do TR-01. Então, no momento oportuno eu passo para vocês. Vou passar a fazer a apresentação. Então, esse foi o compilado das contribuições de vocês, claro, considerando os debates que foram feitos, a apresentação feita pela Vaneska. Eu passei a fazer uma compilação, uma tentativa de organização das informações para a estrutura do nosso termo de referência. Então, o que eu compreendi da reunião? Que a gente pode adotar essa consolidação da abordagem dos estudos em relação aos temas e a base da dessa consolidação dos estudos em relação aos temas são as estratégias existentes do Plano Diretor: estratégia e estruturação urbana, mobilidade, uso do solo, qualificação ambiental, promoção econômica, (Inaudível áudio) da cidade e sistema de planejamento. Tudo com base no eixo central de desenvolvimento urbano sustentável. Também entendi que a gente pode considerar consolidada essa abordagem dos estudos em relação à estrutura do Plano Diretor. Então, a gente vai tratar de uma revisão do Plano Diretor, considerando que ele

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114 115

116

117

118 119

120

121

122

123124

125

126127

128

129

130 131

132133

134

135

136 137

138

139

tem essa estrutura adequada com três focos: estratégica, reguladora e a questão da gestão. E também os temas, as diretrizes preliminar que foram apresentadas pela Vaneska na forma do desenvolvimento ou no encaminhamento dos estudos para revisão do Plano Diretor. Sendo elas, eu vou retomar aqui para vocês: preservação da estrutura espacial e lógica do plano atual, no que couber; conceito de sustentabilidade como princípio norteador; inclusão de temáticas relacionadas ao desenvolvimento social; gestão colaborativa e democrático como um processo permanente e contínuo; o espaço público como elemento fundamental para execução das estratégias; desempenho e a performance como elemento fundamental das regulamentações, das relações de vizinhança entre as edificações. E uma questão muito importante, o foco no sistema municipal de gestão do planejamento, envolvendo a implantação desse sistema de monitoramento permanente e contínuo. E considerando isso eu passei a anotar, com essa estrutura com base nas estratégias, anteriormente a gente estava usando os 12 temas, aqueles anteriores, mas a gente apresentou para vocês que os 12 temas se relacionam adequadamente com a estratégia. E considerando que a gente não vai alterar a estrutura do nosso Plano Diretor, que a gente vai continuar com a estrutura, com a formatação. Então, a gente parte da análise das estratégias e complementa o que for necessário. Então, considerando isso eu comecei a anotar o que foi falado na reunião. Então, um ponto importante aqui, a abrangência das estratégias e as estratégias que estão previstas hoje no Plano Diretor e que contemplam todas as questões da cidade. E aí eu passei a organizar tudo que foi pontuado em relação às estratégias e sempre em relação a elas vocês viram, como a Vaneska mostrou naquele eixo que ela apresentou, ela colocou as estratégias transversais, aquelas que acabam abordando todos os temas. Então, elas vão aparecer em todos os slides. Entretanto, elas têm tópicos específicos que são somente delas. Em relação a esse tópico específico foi agregada a questão do desenvolvimento sustentável, que já tinha sido pontuado na outra reunião. E aqui do compilado vou passar para vocês o que foi citado em relação a isso: água, esgoto, energia elétrica; revisar atividades, mobilidades, fluxo de caminhões, impacto das atividades, logística urbana, estradas, caminhos. E em negrito aqui, em algumas dessas eu coloquei uma ação, eu coloquei em negrito na igreja porque eu coloquei em relação ao comentário que foi feito. Então, só coloquei aqui, porque quando faz um TR tu tens que vincular uma ação, tem que pedir um estudo, aí eu só coloquei alguns, não coloquei em todos, mas em alguns já coloquei para a gente identificar o raciocínio. Então, avaliar a interface entre atividades e mobilidade, revisar atividades e mobilidade em relação à questão dos fluxos de caminhões. Eu botei estudar o uso de fachadas ativas, estudar a possibilidade de miscigenação em bairros residenciais, em locais específicos sem alterar as características do local. O plano de desenvolvimento estratégico para a zona sul, morros, etc.. As calçadas, a melhoria das calçadas e gestão de espaço público, índice de caminhabilidade. E aí, em relação à qualificação ambiental, foi pontuado o seguinte: abordar paisagem, considerando paisagem natural e paisagem material; preservação do espaço natural no Plano Diretor; identificar espaços urbanos dedicados à preservação da vida natural; identificar e reservar áreas para grupos excluídos, como indígenas e quilombos; priorizar o meio ambiente como base elemento importante da estrutura urbana. Em relação à promoção econômica ficou pontuado. Eu coloquei essa frase e depois podem corrigir: "Caracterização e estratégias desenvolvimento da economia familiar, caracterização desenvolvimento da economia local, caracterização e estratégias de desenvolvimento da atividade agrícola e desenvolvimento de ações para Plano Diretor, inclusive, para todos os

141

142

143

144 145

146

147 148

149

150 151

152153

154

155

156 157

158

159

160

161162

163

164

165 166

167

168

169

170 171

172173

174175

176

177

178

179

180 181

182

183

184 185

186

cidadãos. Em relação à produção da cidade, aí repetir aquele tópico: "identificar e reservar áreas para grupos excluídos, como indígenas e quilombos". O maior problema da cidade se trata da integração entre a cidade formal e a cidade informal. Estratégia de solução, isso a gente já tinha pontuado na reunião anterior. Estudar a possibilidade de utilização de contrapartida em lotes urbanizados para população em situação de vulnerabilidade. Em relação ao sistema de planejamento foi pontuado: colaboração; instituto de planejamento; subsidiar para a criação do instituto de planejamento; a gestão deve ser pública ou privada; preservação do funcionamento das atividades essenciais de planejamento urbano independente da mudança de gestão; a conferência da cidade; aperfeiçoar o funcionamento do CMDUA; aperfeiçoar funcionamento dos fóruns regionais; palavra a todos os agentes ativos e articuladores dos espaços urbanos; estudar a utilização do instrumento e contribuição de melhoria para calçadas. E esse tópico específico de "sistema de planejamento" eu segreguei em três tópicos diferentes, porque são três ações específicas que vão ser abordados. Então, o que eu citei ali foi separado em estrutura e funcionamento do sistema de gestão, a questão da participação da sociedade e a questão do desenvolvimento de indicadores e os instrumentos da cidade. Então, considerando o que foi compilado, qual é a nossa ideia? É atuar no sentido de receber as contribuições e tentar focar nessa questão de desenvolvimento de temas e problemáticas. Então, a nossa ideia é tentar sistematizar nessa planilha para tentar gerar uma ação que gere um estudo a ser desenvolvido, um mapeamento que seja necessário de ser executado. Então, a gente vai tentar compilar o que foi entregue nesse sentido, só que é muito importante também receber as contribuições por escrito. Então, quanto mais informações nós recebermos mais completa vai ser a contribuição. E aí quando a gente tiver esse material compilado, vai ser um material oficial de contribuições do Conselho. Então, de novo repito, a gente estruturou os formulários para vocês fazerem as contribuições, tem o nosso e-mail que vocês podem mandar qualquer material e temos uma proposta de agendamento de uma próxima reunião. A gente está propondo uma reunião para o dia 26, eu sei que é para aquela última reunião temática, que estava prevista outra agenda da regularização fundiária, mas eu penso da gente adiar essa agenda para a gente não perder, porque está todo mundo com a cabeça fresca, para a gente poder realmente estruturar esse assunto. E a gente tem que ter um tempo até o fim do ano de poder compilar e realmente entregar o material para vocês. Então, estou sugerindo essa data para gente poder continuar tratando desse assunto para fazer esse fechamento. E também a ideia de entrega do material estava previsto para o dia 17. Então, tendo em vista essa questão dessa próxima agenda que vocês identificaram, a gente está propondo dar mais um passo para vocês contribuírem até o dia 1º de dezembro. Então, era isso, só queria que vocês confirmassem, mas depois a gente trata a questão do calendário. A Vaneska vai seguir no tema comunicação e participação. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, como a Patrícia colocou no início, hoje a ideia é a gente estar avançando sobre temas que tem toda a relação, mas guarda certa autonomia no sentido da expertise, que é a questão da participação e da comunicação no âmbito da revisão do plano. Então, a gente colocou essa primeira frase para dar esse tom para iniciar a nossa discussão, que a efetiva participação da sociedade nesse processo de construção do plano é uma condição fundamental. E para quê? Para que o resultado da revisão do plano, além de ser uma construção coletiva seja legítima nos termos da Legislação Federal. Esse é o entendimento que é compartilhado e que inicia essa busca pela participação social no

188

189

190 191

192

193194

195

196

197 198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208209

210

211212

213

214

215

216

217218

219

220

221222

223

224225

226227

228

229

230231

232

233

processo de revisão do plano. Na sequência a gente coloca duas referências, porque ela vai além da sua obrigação. Então, teve uma manifestação que o planejamento urbano deveria utilizar as experiências reais da cidade e através da análise dos resultados obtidos com certas ações aprender a formular soluções contemporâneas que sejam realmente efetivas. E daí os instrumentos de gestão para efetivar de fato o planejamento e ir alinhado com essa expectativa da realidade da população local, enfim. Então, essa importância ultrapassa o entendimento técnico e acredito que no entendimento do grupo há necessidade de cumprir com uma obrigação legal. Essa obrigação legal faz parte, mas vai além. E a gente também trouxe na sequência um dos itens presentes na nova agenda urbana, como são tantos outros, que é bastante amplo, trata de certa forma desse universo que envolve o planejamento urbano, a questão da participação efetiva nos processos de tomada de decisão, planejamento e acompanhamento, o engajamento da sociedade civil. Essas são talvez os pontos-chave para orientar essa nossa primeira discussão sobre esse tema. Como marcos legais, e isso a gente já colocou em outras reuniões, agora não me recordo exatamente da cronologia, mas a gente citou a importância do marco da constituição após o estatuto da cidade como forma de regulamentação, a nossa lei do desenvolvimento urbano estadual e o próprio Plano Diretor, que estabelecem dois pontos importantes nesse sentido da participação. Um deles é a forma como essa a participação e essa comunicação têm que acontecer. Então, formas como podem acontecer e os agentes que devem ser acionados, que estão envolvidos com a implementação da política urbana e que deve estar envolvidos para essa ação. Então, exemplo de formas de participação e comunicação, se fala em audiência, debates, consultas, na divulgação das informações e conferências municipais e tantos outros. E com relação aos agentes se cita a sociedade de forma geral, as entidades representativas, comunitárias, de classes profissionais, sindicais, empresariais, as regiões de planejamento, os representantes dessas regiões, associações de moradores e outras tantas que possam existir no território. Então, falando em termos de diretrizes preliminares para a gente estabelecer o que precisa ser previsto para participação e comunicação nesse processo da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a primeira questão que a gente entende que é um consenso, mas também para gente debater, é que a gente está falando em diferentes papéis, em diferentes formas de contribuição. Então, a gente coloca que todos que tenham conhecimento do território, e aí talvez indo em dois extremos, tanto através de realização de estudos, que tem uma relação com o território, como é o caso das instituições de ensino superior, ou seja, por experiência, vivência, que é o caso das comunidades locais, como pode ser o caso de empreendedores, que têm outra visão sobre o território. É essencial garantir que as contribuições sejam estruturadas para que a gente possa tirar e conseguir coletar o que de melhor tem dessas contribuições e que possa efetivamente fazer um debate sobre as visões que existem sobre o território, enfim. Então, essa referência acredito que a gente também já trouxe para o debate, em quatro grupos principais, de certa forma é uma maneira de estabelecer uma categoria bem simples e inicial de guatro grupos. Um seria a sociedade como um todo, a sociedade civil organizada, seja através por meio de ONGs. por meio de associações de bairros. A parte dos representantes das organizações governamentais, as agências de regulamentação, as secretarias estaduais e municipais e os representantes eleitos, aí podem entrar os vereadores, os próprios conselheiros. Então, se a gente pensa nesse universo de agentes envolvidos e colocando sobre a discussão, as formas de participação e comunicação que têm que ser previstas para a revisão do plano, como que a gente vê essas duas questões, a participação e a comunicação? Então,

235

236

237238

239

240

241242

243

244

245

246247

248

249

250

251

252

253

254

255256

257

258

259260

261

262

263

264265

266

267

268269

270

271272

273274

275

276

277

278

279

280

a participação muito voltada para a discussão de como vão ser esses eventos e aqui a gente coloca alguns exemplos para ilustrar, que são as próprias audiências, os debates, as oficinas regionais, as temáticas que podem tratar de temas específicos, as técnicas que podem tratar também de temas técnicos. E a comunicação que envolve a documentação, a publicidade e a informação ao longo do processo, quem tem algumas formas, a gente pode ter através do site, pode ter informes, pode ter cartilhas, até as maquetes tridimensionais também são formas de também comunicar. No início a gente imaginou um pouco essa separação, pensando que a comunicação era algo que precisaria ser resolvido em um curto prazo, até para poder orientar a nossas ações de forma interna. Nesse sentido assim, porque a gente percebe que tem várias ações que acontecem nas diversas secretarias e que às vezes é um pouco complicado dentro da nossa atuação de ver problemas de comunicação em níveis muito iniciais também. Então, precisa desse suporte justamente para poder vencer essa questão internamente, para externamente ela também poder ser clara e ser bastante transparente o processo, mas são duas relações bem próximas, que é um entendimento que a gente tem que pensar no momento de acordar esse termo de referência. Aqui só para pontuar que esses agentes envolvidos, como a gente fala nos quatro grupos, em algum sentido pode ser que se tenha um entendimento de uma homogeneidade, mas esses grupos são heterogêneos, eles têm que ser estudados com relação às suas especificidades de faixa etária, de renda, de escolaridade, a própria a localização deles no território pode contribuir para a visão. Por isso também esse entendimento de que precisa ter um plano de participação, plano para comunicação e se pensar em estratégias próprias para esses públicos. E só para dar um exemplo, se a gente pegar uma questão, que é a questão da faixa etária, a gente pode ter uma população mais jovem que carrega novos valores, tem essa questão da colaboração, esse espírito de mudar o mundo, tem um universo de questões que vai trazer, assim como a população em idade mais avançada tem valores mais consolidados e tem a questão muito importante da memória, daquilo que deve ser preservado. Então, esse equilíbrio entre essas divisões tem que ser buscado e entendido nesses processos. Então, a gente pontuou três objetivos preliminares, que a gente entende que sejam importantes dentro do escopo desse construir para a participação e comunicação. Uma é identificar através desse processo que a gente consiga identificar potenciais na região, seja pela vocação, seja pelo perfil da população ou mesmo com relação aos fatores. Na validação dos diagnósticos, dos estudos, das conclusões que vão ser obtidas. Então, esse processo tem que ser acompanhado e para este acompanhamento ser eficiente a gente tem que pensar em estratégias de como esse acompanhamento pode acontecer. E pensar em formas de que realmente essa participação tenha um resultado na regulamentação, nas ações previstas para o plano. A gente trouxe alguns exemplos de dinâmicas que são possíveis, que a gente pesquisou e que são aplicadas em outros lugares. Até tem também a nossa própria dinâmica no contexto das oficinas da revisão do plano. Então, eu vou citar cada uma delas, falar um pouco dos objetivos, porque elas podem servir de base para a gente pensar o que pode ser realizado no âmbito da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Então, esse primeiro que a gente trouxe é um exemplo de um trabalho que foi desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal, que a gente teve uma divisão de grupos, uma dinâmica presencial em que se perguntou quais as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do território. E com relação a isso, o que a gente trouxe em um segundo slide? Para que isso é importante? A gente vai mobilizar esses agentes, a gente vai pensar, por exemplo, o que é uma força no

282

283

284 285

286

287

288 289

290

291

292293

294

295

296

297

298

299

300

301

302 303

304

305

306 307

308

309

310

311312

313

314

315316

317

318319

320

321

322

323

324 325

326

327

território, o que é uma oportunidade. E isso combinado tem que gerar uma ação dentro do plano. Então, a maneira de pensar esse ciclo do evento de participação e como ele se completa trazendo ações que efetivamente resultam na implementação do plano. Aqui também a gente trouxe no processo de elaboração do material o 4º Distrito. Houve também dinâmicas com os moradores da região, que fizeram mapas colaborativos para identificar, por exemplo, nesse caso em tela onde é que estão as barreiras, onde estão as paradas. Então, onde é que a gente entende que o território precisa ser conectado para poder permitir que as pessoas possam transitar de um local para outro. Então, nesse sentido, como desenho da cidade, vai ter que ser pensado para poder reconhecer as características locais e resolver algumas questões que sejam entendidas como problemáticas. O nosso exemplo também da participação que foi realizada nas oficinas realizadas no final do ano passado, também é um exemplo de dinâmica de mapas, que foram utilizados mapas para identificar como é que a população lida com determinada estratégia do plano. Então, a gente pegou as estratégias do plano e pensou quais os elementos fundamentais dentro de cada estratégia. Então, com relação a essas oficinas qual era a intenção principal? A visão da sociedade sobre essas diferenças temáticas do plano. Então, a gente tem uma matemática que é a estruturação urbana, o que é fundamental para a estruturação urbana? Os pontos de referência, mas o são entendidos como pontos de referência pela população? Outro exemplo, também foi de uma dinâmica técnica realizada no 4º Distrito, que usaram recursos tridimensionais, no caso com maquetes, para verificar o impacto das edificações dentro das relações de vizinhança, da paisagem, também são estratégias próprias para o objetivo específico, que é discutir a volumetria, por exemplo, que talvez seja muito complicado discutir no mapa. Então, essa questão da gente pensar a maneira correta de pensar uma dinâmica para ter a participação efetiva e que as pessoas realmente possam perceber o impacto daquelas decisões, daquelas discussões que estão sendo orientadas antes da revisão do plano. A gente tem hoje também a questão das plataformas digitais, que a gente também está colocando como algo importante de ser abordado nesses termos de referência, principalmente pensando na situação atual da pandemia, até existir um processo para ter eventos presenciais. Então, essa coleta de forma remota também é um elemento importante para a gente pensar, isso também através do site, tem formas de fazer mapas online, a gente pode tentar reproduzir essa dinâmica presencial de uma forma virtual. E também outras atividades lúdicas, que podem ser pensadas. Por exemplos, esse que é um exemplo de jogo sobre o planejamento, que a gente entende que precisa ter essa mobilização do próprio público nas escolas infantis, nas escolas de ensino fundamental. Então, trazer o planejamento urbano como uma forma de debate. O que a gente colocou a partir desse ponto? Para a gente pensar no que a gente tem que discutir, a organização das ações, os próximos passos, algumas definições e entender de uma maneira bem clara, bom, a gente vai ter uma consultoria para nos dar um apoio, por óbvio ela não vai executar esse universo em momentos de participação que a gente tem que ter, mas ela vai dar um suporte para como a gente pode atuar, o que é importante ter em mente, como é que a gente pode se comunicar com diferentes grupos. A gente até viu que no Plano Diretor de São Paulo, acho que o vídeo que saiu no final escrevendo como era o plano e abordando os pontos principais, objeto de um concurso. Então, não foi algo que se pensou como seria solicitado isso, mas podem ser de diferentes agentes, contribuindo para construir esse processo. Então, aqui o que a gente já construiu, baseado naqueles quatro grupos da sociedade, de forma geral as organizações governamentais, os oficiais eleitos,

329

330

331 332

333

334

335 336

337

338

339

340

341342

343

344345

346

347

348

349

350

351

352 353

354

355

356

357 358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373374

principalmente sobre esses últimos foi feita uma relação, um levantamento e uma espacialização do território para começar a entender quais os agentes deveriam ser mobilizados, dependendo da discussão de acordo com o tema, de acordo com o território. Nessa aba dos organismos governamentais já está no item 91 e tem vários, depois eu posso também completar a apresentação com qual foi o levantamento. A nossa ideia é conseguir bater para ver se todos realmente estão ali, alguns deles pode ser que já não estejam mais tão estruturados, algumas associações, mas a gente fez de maneira bem completa. Então, dessa forma ter um pouco do retrato de como seriam os agentes que deveriam estar contemplados minimamente no plano de participação e comunicação para revisão do plano. E aqui o que eu tinha comentado, que também deu embasamento para as nossas oficinas, esse levantamento a partir do material de São Paulo, dos tipos de momento de participação presencial. Na outra lâmina coloquei as remotas. Eu acredito que seja mais ou menos isso para dar um pouco do quadro geral. Obrigada. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Estava excelente e bem em tempo para a gente poder abrir para discussão. Então, com base nessa apresentação inicial, o nosso objetivo é tratar basicamente desta questão das estratégias e dos objetivos, o que vocês pensam sobre isso, qual é o objetivo que vocês buscam quando se trata de participação, o que vocês querem que seja lido, o que vocês esperam em relação a isso? Basicamente a questão dos objetivos mesmo. Acho que a gente poderia tentar coletar esses objetivos e a partir daí a gente amadurece para essas estratégias, a gente faz uma compilação, amadurece para as estratégias e em um segundo momento a gente poderia discutir. O Saffer. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Sobre a apresentação, é bem complexa essa situação, é muito trabalho poder criar oficinas ou audiências. Eu vejo, na verdade, que é conseguir divulgar o que está acontecendo, um canal que a comunidade fique sabendo. E em que momento fica bem clara a participação da comunidade também, que ela possa ir contribuindo? Eu não sei qual a função da conferência? Fiquei em dúvida, o Darci tinha comentado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Não, ele tinha comentado sobre um congresso da cidade. Não é o tema para discutirmos, mas podemos falar melhor depois, que é o tempo onde as coisas vão acontecer ou não. Primeiro a ideia é coletar, pegar insumos com vocês. No segundo momento, para a consolidação das propostas que vierem, aí sim ter uma conferência, porque todo mundo vai debater sobre as propostas. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -AREA: Seria possível fazer alguma oficina com entidades? Se bem que as entidades que quisessem poderiam ir na região. Fico pensando se precisa ter a das entidades. Eu participo de uma entidade, mas também sou de uma região. Estou questionando se há necessidade ou não. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: As oficinas ou os diversos processos de participação atendem determinados objetivos. Por exemplo, maquete é uma coisa bem interessante para o pessoal que é mais técnico trabalhar. É isso que nós estamos querendo coletar com vocês, quais os anseios e objetivos que vocês pensam que devem ser atingidos. O Hermes. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Boa noite a todos. Primeiro, quero reconhecer o esforço da Vaneska. E como eu represento o Sindicato dos Arquitetos, sempre puxo para este lado e mostrar que o Home Office também tem seu lado pesado, que envolve a família, envolve os filhos e não é tudo maravilha como muitos falam, embora

376

377

378

379

380

381

382 383

384

385

386

387 388

389

390

391

392

393

394

395

396 397

398

399

400 401

402

403

404

405 406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416 417

418

419

420

421

sob o ponto de vista eu acho bem interessante. Então, agradecer a Vaneska e elogiar o envolvimento dela, principalmente envolvendo a sua família, mas eu gueria falar que me chamou atenção quando foi citado ali o Jane Jacobs, que fala em utilizar experiências vivenciadas. Eu acho importante, é fundamental, ainda mais tratando-se de uma revisão, nós não estamos construindo um plano novo. E, posteriormente, cita também o processo participativo, o plano São Paulo que está sendo estudado. É interessante, eu entendo as dificuldades políticas que se tem aqui, o grupo técnico sofre essa, não digo opressão, mas essa influência. Tratando-se que nós estamos no fim de uma gestão, início da outra, talvez seja a mesma, ninguém sabe, eu acho fundamental também que se estude a fundo a questão do nosso planejamento participativo, aqui da participação em Porto Alegre. Porto Alegre virou referência, quem estuda ou conhece sabe que Porto Alegre virou uma referência mundial em participação. Então, a gente termina aquela coisa do complexo de vagabundo, a gente termina buscando e estudando experiências, não que não sejam válidas, por todos os lugares do mundo e não reconhece por diferenças ideológicas e políticas uma das maiores experiências que se tem conhecimento no mundo inteiro de participação efetiva da população. Eu acho que tem que ser, tirando esse viés político e ideológico, tem que ser valorizado e elevado a fundo essa experiência. A outra questão é mais pessoal ou não sei os outros conselheiros o que pensam, mas antes quero fazer um parêntese, a gente sabe que é grande dificuldade, está demonstrado dessa discussão virtual e isso não tem como fazer diferente, porque essa pandemia é um fato e nós não temos como fugir disso, mas eu confesso uma grande dificuldade de participar e de efetivamente me inserir nessa discussão. Eu não estou fazendo uma crítica, por favor, eu quero que me entendam, eu estou confessando uma dificuldade, talvez uma falha, um lapso meu, mas as reuniões invariavelmente tratam de uma série de informações que são relatados, que a gente não consegue nem mesmo registrar pela grande quantidade, que são interessantes e depois sobra um espaço para a discussão, que no fim a discussão cai no vazio, a gente sempre discute mais prazos, mas a essência do que está se discutindo, a essência do que se está propondo e a essência dessa revisão, eu não vejo um espaço para discussão. A essência que eu digo, essa revisão, esse plano está focado e, uma participação efetiva da comunidade ou é só para constar na legislação quais são os princípios, a ideologia desse plano? Essas questões eu não vi nenhum momento. É isso aí. Muito obrigado. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Desculpa, mas nada é para constar aqui, isso é um trabalho sério, técnico que está sendo feito. Então, nada é para constar. Então, as pessoas estão engajadas. Vocês viram a Vaneska apresentando, não existe nada de ideológico ou para constar, vamos deixar bem claro isso. Então, é um trabalho sério que está sendo feito aqui pela equipe. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS: Só para esclarecer, de forma nenhuma estou guerendo conflitar ou falar do trabalho, eu até elogio o trabalho. Eu sei que vocês têm a maior seriedade no que estão fazendo. O que eu quis dizer é sobre o método, essa forma como está sendo conduzida e as discussões mais importantes, que eu entendo que ficam, mas eu confesso, eu acho que é uma dificuldade minha mesmo de entender e de conseguir acompanhar essa discussão. Eu confesso que não consigo entrar nas entranhas do que está sendo colocado para se aprofundar e para poder discutir de fato. Minha culpa, eu não estou de forma nenhuma guerendo menosprezar o trabalho de vocês. Por outro lado, eu vou fazer uma observação, essa forma como vocês reagem demonstra. qualquer coisa que se fale vem três ou quatro explicações e defesas. E de forma nenhuma

423

424

425

426

427

428

429

430

431 432

433 434

435

436

437

438

439

440

441

442443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460 461

462

463

464

465

466

467

468

eu fiz alguma acusação, que vocês estão fazendo isso ou aquilo, mas mostra para mim, demonstra que existe um fechamento para qualquer crítica que se faça. Obrigado. Eu não vou polemizar mais. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Só uma contribuição, essa questão do Orçamento Participativo nós chegamos a comentar que as próprias regiões de planejamento têm um alinhamento, entendo eu, que pensadas conceitualmente para também estarem de acordo com as regiões do Orçamento e alinhar essas demandas com as ações do Plano. Também pode ser colocado para o debate no grupo. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -SMAMS: Tá. O Felisberto. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um - RGP. 1: Eu queria que tu voltasses para a lâmina do início da apresentação. No item 4: consolidação das abordagens. Fala na gestão colaborativa e democrática. Eu acho que a gestão tem que ser mais do que colaborativa, senão parece que só seremos consultados. Ela tem que ser deliberativa, com a participação e o controle social. Não só no território, como na cidade. A maior gestão com os conselhos, principalmente com o CMDUA. Também a valorização do servidor, capacitação das secretarias, a questão da empresa pública, valorizar o servidor e a estrutura administrativa na prefeitura. A outra questão que me faltou na apresentação da Vaneska é a questão dos movimentos sociais. Nós não podemos deixar de fora os movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Movimento de Luta de favelas, os movimentos que são importantes também na discussão do Plano Diretor. Então, a gente não pode deixar de fora esses movimentos. Então, queria deixar registrado. E discordo que o plano não é ideológico, o plano é ideológico sim, que são ideias que estão sendo colocadas ideias para reflexão. A cidade tem que ter a capacidade de ver o melhor para todos. Por último, eu queria o retorno das oficinas. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: A gente pode agendar contigo, Felisberto. O Patrick. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE: Boa noite a todos. Como eu coloquei no chat. eu pensei em fazer uma provocação, no sentido de debate de ideias. Vou citar um pouco sobre as estratégias do Plano. Nós temos as 7 estratégias e eu estou cada vez mais convicto que a gente tem que pensar nas 7 estratégias de ordem inversa. Assim, eu não tenho dúvida do trabalho dos colegas, são todo craques, o pessoal do planejamento urbano. Não tem porque não elogiá-los, conhecendo o trabalho do pessoal de primeiro. Eu não tenho dúvida que o trabalho urbanístico que está sendo desenvolvido no planejamento urbano é o melhor. Nessas participações, nesses debates que a gente tem no Conselho, já que foi citado Jane Jabobs, poderia... (Inaudível/interferência no áudio). Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Eu parei de ouvir ele. Eu acho que caiu. Vamos passar para o próximo? Saffer. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**AREA:** Sobre a questão do instituto, na reunião passada alguém falou se seria público ou privado. Eu queria deixar a minha opinião, assim, nunca a nossa ideia é que ele seja privado, ao contrário, tem que ser uma coisa pública. Eu não sei se o nome é instituto, só quero comentar, ou talvez vai ser uma autarquia. Hoje nós temos várias autarquias. A ideia é que ele tenha uma forma de não depender, algum órgão que dê valor ao planejamento urbano e que não dependa das alterações da cabeça de um prefeito, ou seja, ela tenha que ter certa autonomia. Não consegui ver a solução de como ser criado. Um dos mais conhecidos é o de Curitiba, parecer que em Santa Maria também, mas isso é para poder

470

471

472473

474

475

476

477

478

479 480

481

482

483 484

485

486

487

488 489

490

491 492

493

494

495

496

497

498 499

500

501

502

503

504 505

506

507

508 509

510

511

512513

514

515

executar atividades típicas de administração pública que requeiram para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada talvez. Então, nunca a gente pensou que fosse algo privado. Só queria deixar bem clara a ideia de quando a gente comenta de criar um instituto de planejamento. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A gente vai anotando os pontos, porque é importante. O Patrick voltou. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Falar para o Hermes que também tem isso, às vezes a tecnologia cai no home office, tem mais essa questão dos filhos, a família e também tem as questões de tecnologia. Assim, só para retomar, não sei onde parei, mas assim, foi citado Jane Jacobs e os colegas urbanistas sabem, vou dar um exemplo, os colegas sabem, aquela questão que ela defende que deve haver sempre edificações velhas e novas, para poder aquisitivo alto e baixo. Ou seja, para que não ocorra certa (Inaudível) e acabe com a rua. A gente sabe que o Plano Diretor só vai acontecer de fato se as pessoas, se a cidade como um todo tiver condições financeiras. Eu não estou dizendo só a quem tem o poder, mas eu digo a quem não tem dinheiro. Ou seja, para a gente organizar o território a gente precisa que todos os portoalegrenses tenham condições de dar esse retorno que a gente quer como urbanista. Então, a provocação que eu faço, eu vejo que as 7 estratégias do plano, a gente poderia pensá-los de forma invertida. Eu queria entender até que ponto a gente pode nesse projeto de estado, que é o Plano Diretor, até que ponto a gente pode começar a fazer o governo participar mais, ou seja, todo governo vai ter o eu plano de governo. Até que ponto o nosso papel urbanístico pode fato começar antes, projeto, fazendo com que o governo tenha uma participação mais direta, onde ele quer chegar e de que forma nós urbanistas podemos nos apropriar disso. Aí fazemos a nossa parte, que seriam as outras estratégias, a estruturação urbana, mobilidade e etc. Eu acho que a gente precisa de dinheiro, a gente precisa que a cidade se desenvolva da melhor forma, não adianta ter gente que não tem trabalho, pessoas que não tem dinheiro para pagar o imposto. Então, até que ponto aquele urbanista pode se aproximar mais do administrador, do ente político para que a gente possa faze rum elo e ter sucesso? É isso. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Seria o sucesso na execução do Plano Diretor, digamos assim? Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE: A gente tem as 7 estratégia, né? Só que de forma metodológica, a gente acaba: ah, vamos dar um, dar dois dar três. Vamos começar em questões mais urbanísticas. E por que a gente antes de pensar tudo aquilo que a gente já sabe, já resolver urbanisticamente, o que tem que fazer, o trabalho que está praticamente pronto na SMAMS, ou seja, a gente já sabe o que a gente quer para Porto Alegre, a gente sabe quais são os problemas e como resolvê-los, o urbanista sabe fazer isso. A questão é: vamos começar pelas estratégias de planejamento, promoção da cidade, promoção econômica. Ou seja, como fazer esse elo com o ente político funcionar de uma forma melhor a ponto que ele possa moldar mais o seu projeto, o seu plano de governo para nossas expectativas, para que a gente consiga fazer. As vezes me parece que o ente político tem o plano dele, tem as convições dele, ideologia cada um tem a sua, cada governo vai para algum lado, mas eu acho que a gente tem que ter esse debate com o ente político primeiro, para dizer: "A gente quer isso aqui". A gente está esclarecendo que o caminho da cidade para ter sucesso é esse, a gente pode moldar ao seu plano de governo, mas eu quero dizer que existe uma divisão entre a questão técnica urbanística e a questão política que tem, em tese a promoção econômica. Então, a gente

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550 551

552

553

554555

556

557

558559

560

561

562

só vai ter sucesso se todo mundo crescer na cidade economicamente. Então, acredito que a gente tenha que se engajar cada vez mais com o plano de governo. Vaneska Paiva Henrique (1<sup>a</sup> Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Mais no sentido de ter um plano de ação? O Plano Diretor meio que as pessoas confundem como uma regra. Não é, ele é um Plano Diretor, ele dá a direção. Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico -SMDE: Nós temos um plano, uma ideia. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Segundo o estatuto da cidade, ele deveria estar vinculado com as políticas, com as questões orçamentárias, com a lei de diretrizes. Enfim, talvez fosse nesse sentido. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Nós temos que ter o foco na questão da participação, a gente tem que ter foco, senão a gente não vai conseguir ter nada objetivo. Até vi aqui, mais da metade das contribuições... Renata, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Eu acho que uma das coisas, Patrick, que eu entendo, como o Plano Diretor tem essas estratégias, o ideal é que elas fossem os conceitos norteadores, no sentido de que elas são os princípios e as estratégias do planejamento urbano. Então como consolidar isso e não desvirtue quando o governo coloca a sua vontade de governo. Eu acho que é mais nesse sentido. E quando o Sérgio fala do Instituto de Planejamento é ter esse órgão aparte do governo, como se fosse, que posta sempre manter a lembrança, não, nosso caminho é por aqui e não por ali. Então, eu entendo que seja uma mistura do que tu estás falando com a questão do Instituto ser um órgão aparte. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**SMAMS:** Eu vou fazer um link com a que das participação. Então, o governo respeitar o que é uma questão técnica, no caso do Plano Diretor, suas diretrizes, a execução das diretrizes ao longo do tempo, elas são importantes, mas elas nunca vão ter importância. E daí eu válido a preocupação dos colegas que falam da questão da participação, ele nunca vai ter importância e se ele ficar lá dentro de um gabinete sendo pensado pelos técnicos. Então, por isso que realmente é importante essa construção em conjunto, para que aquilo que foi construído seja valorizada, como o Felisberto defende que esse plano foi construído conosco e tal. Então, a gente tem que partir para uma ação dessa forma. Esse é um tópico para o outro termo de referência. Patrick, pensa assim, se puder contribuir por escrito seria bem interessante para a gente tentar amadurecer e chegar no resultado para a gente poder fazer uma ação, não sei o que a gente pode fazer a respeito. A minha preocupação neste fórum aqui é a questão da participação mesmo. Bom, não temos mais inscritos, eu vou tentar compilar o que foi colocado. Acho que faltou um pouco a questão da participação, talvez a gente não tenha conseguido passar direito, é um assunto complexo, eu entendo que é uma coisa bem técnica, ela é muito vinculada ao objetivo que se quer no decorrer do processo. Eu acho que os diagnósticos no decorrer do processo vão dar indicativos de que tipo de participação, de leitura que a gente precisa fazer, mas a gente tem ali o leque de opções e a ideia desse termo de referência é que a gente tenha uma melhor técnica, considerando os objetivos de ouvir as resposta que a gente quer ter da sociedade sob determinado aspecto. Essa é a ideia. A Camila colocou (chat) a informação que ninguém se manifestou contrário à substituição da temática. Então, todos estão de acordo para a nossa reunião para a gente amadurecer mais um pouco no dia 26 de novembro, quinta-feira. Então, eu já vou em seguida encaminhar para o pessoal quem quer receber as contribuições, mas eu vou fazer um compilado igual para tentar ver se eu

compreendi o que vocês colocaram aí. Qualquer coisa que vocês acharem que não, está 563 errado ou tem que corrigir, complementar, por favor, avisem e também vocês podem se 564 manifestar por escrito como eu comentei anteriormente. (Encerram-se os trabalhos da 565 plenária às 20h00min). 566 567 568 569 570 571 **Germano Bremm** Secretária Executiva 572 573 **Presidente** Relatora 574 575 Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações: